



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

**Requer do Excelentíssimo
Ministro da Economia,
Senhor Paulo Guedes,
informações sobre linhas de
crédito da Caixa Econômica
Federal.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requiero seja encaminhado ao Ministro de Economia, Senhor Paulo Guedes informações sobre linhas de crédito da Caixa Econômica Federal.

Justificação

A Caixa Econômica Federal vai cortar juros no crédito imobiliário e oferecer novas alternativas para renegociação de financiamento habitacional em atraso, em mutirão que inclui imóveis do Minha Casa, Minha Vida, essa medida torna a Caixa com uma maior liquidez.

O mercado imobiliário caminha de acordo com os critérios dos créditos oferecidos e juros menores são muito bem vindos. Com a diminuição na cobrança dos juros, o valor do imóvel diminui e, conseqüentemente, será menor o valor da dívida para quem decide adquirir o imóvel por meio do financiamento. Considerando que o financiamento é, de modo geral, o meio preferido de compra da população brasileira, teremos além de um aumento na procura por imóveis, um incrementando na economia.

As reduções de taxas ocorrem tanto no SFH, para imóveis até R\$ 1,5 milhão e que permite o uso do FGTS, quanto no SFI, para aqueles acima desse valor e sem a possibilidade de uso do Fundo, deixando o mercado mais independente dando oportunidades também para outras linhas de crédito. “A grande mensagem aqui é que estamos igualando o funding, seja da classe



média ou da classe com um pouco mais de poder aquisitivo”, afirmou Pedro Guimarães, presidente do banco.

Diante do exposto solicito as seguintes questões:

- 1) Como será abertura de créditos para quem está inadimplente com a Caixa;
- 2) O mercado Imobiliário caminha de acordo com os critérios de concessão créditos, existe mais flexibilização para que o volume de compradores aumente, quais serão;
- 3) Quais são as ações estruturantes planejadas para esquentar mais o mercado imobiliário;

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 06 de Junho de 2019.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal
PRB-AM